

"Não há segurança sobre a inflação"

por Fernando Dantas
do Rio

203

A imprevisibilidade da inflação brasileira nos próximos meses está atrapalhando o fechamento do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A informação é do embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster. Ele disse que o FMI aceitou a meta brasileira de um superávit nas contas de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, em termos reais, mas insiste no fechamento de metas nominais, que têm de levar em conta uma previsão de inflação. O problema, segundo Dauster, é que "não há segurança sobre a trajetória da inflação nos próximos meses".

"Do lado do Fundo, a insistência na meta nominal é muito grande, para não abrir precedentes", disse Dauster, que embarca hoje



Jório Dauster

para Washington, em companhia do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, onde discutirá o alinhamento do acordo com o FMI. Ele acrescentou que a elevação do preço internacional do petróleo, em consequência da crise no golfo Pérsico, é um fator importante da imprevisibi-

lidade da inflação. O governo Collor, por sua vez, não quer fechar um acordo que tenha grandes chances de não ser cumprido, o que seria o caso se o Brasil assumisse metas nominais baseadas em uma projeção de inflação que não se verificasse.

INFLAÇÃO

Estabelecer uma meta de inflação é uma operação complexa e arriscada, explicou Dauster, que se reuniu ontem à noite com membros da Câmara Americana de Comércio, na residência do presidente do Banco Montreal, Pedro Leitão da Cunha, no Rio. "Se nós fizermos uma projeção alta de inflação, estaremos dando uma sinalização interna ruim", colocou Dauster, acrescentando que uma previsão de inflação baixa, por sua vez, implicaria maiores riscos de não ser cumprida. Nesse caso, o Brasil seria considerado inadimplente, e ne-

cessitaria de um "waiver" (perdão) do FMI, o que é uma situação que o governo quer evitar.

Dauster disse também que a conclusão do acordo com o FMI não deve sair antes de outubro. Para ele, esse prazo não está ligado às dificuldades que ainda restam a se resolver mas sim aos próprios trâmites burocráticos do acordo. Ele lembrou que, mesmo com todos os detalhes acertados, a elaboração de um relatório pelo Fundo demorará de quatro a cinco semanas.

Esse relatório, portanto, só estaria pronto no início de outubro, e o seu exame pelo "board" do FMI, antes da aprovação final, ainda tomaria algumas semanas. A negociação oficial com o Clube de Paris, relativa à dívida com governos credores e agências desses países, depende da conclusão do acordo com o FMI. Dauster revelou, porém,

que contatos informais com o Clube de Paris "podem começar a qualquer momento".

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

O segundo ponto indicado por Dauster como complicador do fechamento do acordo com o FMI é o da capacidade de pagamento do serviço da dívida pelo Brasil. Segundo ele, o Fundo já aceitou o conceito brasileiro de que a dívida só pode ser paga até o ponto em que isso não implique desequilíbrio para as contas públicas brasileiras, e só restariam no momento detalhes técnicos sobre essa questão, sobre os quais ele não quis comentar. Dauster disse que o Brasil pode até retomar algum pagamento dos juros da dí-

vida com bancos privados neste ano, caso o governo conclua que isso não implicará emissão de moeda ou de títulos públicos para esse fim.

A crise do golfo Pérsico e o conseqüente encarecimento do preço do petróleo são fatores que interferem na capacidade de pagamento brasileira, segundo Dauster. O Brasil pode ter gastos extras de suas reservas internacionais de até US\$ 2 bilhões, para importar petróleo, e é preciso manter um "colchão" de reservas permanentemente, suficiente para cobrir alguns meses de importação. Hoje, antes de partir para Washington, Dauster conversa com representantes do Bank of America e do banco francês Société Générale.